



FACULDADE CATÓLICA DE ANÁPOLIS
GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

CLAUDIO ANTONIO DE PAULA

AS FORMAS DE GOVERNO
NO LIVRO “A POLÍTICA” DE ARISTÓTELES

ANÁPOLIS - GO
2022

CLAUDIO ANTONIO DE PAULA

AS FORMAS DE GOVERNO
NO LIVRO “A POLÍTICA” DE ARISTÓTELES

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade Católica de Anápolis, como requisito essencial para obtenção do Grau de Licenciatura em Filosofia, sob orientação do Prof. Ms. Pe. Gessione Alves da Cunha.

ANÁPOLIS - GO

2022

**AS FORMAS DE GOVERNO
NO LIVRO “A POLÍTICA” DE ARISTÓTELES**

CLAUDIO ANTONIO DE PAULA

Monografia aprovada em ___/___/___

1ª Examinador

2ª Examinadora

3º Examinador

4º Examinador

DEDICATÓRIA

Dedico este artigo à Virgem Maria, aos meus pais, meus irmãos e aos meus grandes amigos. Eles, que em todo tempo de deserto, de caminhada, estiveram sempre comigo, orando, apoiando, sendo sempre um suporte na vida. Que o Espírito Santo sempre esteja fortalecendo suas vidas e enchendo de graças e bênçãos, e que a Virgem Maria coloque o seu manto sobre cada um, trazendo a doçura, o silêncio e sua obediência.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por acreditar em mim antes de todos os que estão comigo.

A Dona Penha e Sr José, meus pais, que educaram-me na Fé Católica e mostraram-me o que é realmente essencial na vida.

Aos meus sete irmãos que o Senhor colocou na minha família, sendo dois intercessores no Céu (in memoriam). Que Deus possa derramar as bênçãos sobre eles.

Aos meus seis sobrinhos que são preciosos para mim.

Aos meus amigos padres e seminaristas que oram e intercedem e acreditam em mim.

Aos meus amigos que os Seminários me proporcionaram uma vida fraterna.

Aos que não acreditam em mim, por terem me impulsionado a correr ainda mais atrás dos meus sonhos.

RESUMO

Contextualizando o pensamento de Aristóteles, destaca-se o surgimento da Polis e as formas de governo que ele menciona no seu clássico livro 'A Política'. O Estado, antes de ser formado, passa por diversas etapas a começar pelo indivíduo, passando pela família, pelas tribos até chegar a polis. Após a formação da cidade, vemos como as formas de governo auxiliam a vida dos senhores, cidadãos e escravos, e como o governante virtuoso, através da política, conduz o povo à felicidade e ao bem comum, e que do contrário, o governante não virtuoso pode levar os governados a um estado de opressão, pois seus interesses são particulares. Com isso, conclui-se que a monarquia é a forma de governo menos imperfeita, segundo os pensamentos aristotélicos.

ABSTRACT

Updating the thoughts of Aristotle, we highlighted the Polis's begins and the government's forms in book classical book 'The Politics'. The State, before being formed, it goes through in various stages, firstly in a individual person, passing through the family, tribe and finally, the polis. After the city's formation, we can observe how to forms of government can help the life of lord, citizens and slaves, and in what way a good ruler, through politics, leads the nation to happiness and common good, and in opposite, a bad ruler can leads your ruleds to a opression's state, because he's looking for your particular interests. Therefore, it's concluded that monarchy is the less imperfect form of government, according the aristotelian's thought.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	8
1. AS FORMAS DE GOVERNO, NO LIVRO A POLÍTICA DE ARISTÓTELES	9
1.1 - A Formação da Polis.....	9
1.2 - O Conceito de homem	9
1.3 - O primeiro agrupamento humano: a família	10
1.4 - O segundo agrupamento humano: a tribo.	11
2 . O SURGIMENTO DA POLIS	11
2.1 - A estrutura e a organização da Polis	12
3. A POLÍTICA COMO BEM COMUM DA SOCIEDADE	14
3.1 - As formas de Governo: O que é Governar?	15
3..2 - Virtuosas	16
3.3 - Corruptas.....	17
4. A forma política mais perfeita: a monarquia.....	18
4.1 - Os tipos de Monarquia.....	19
CONSIDERAÇÕES FINAIS	21
REFERÊNCIAS	22

INTRODUÇÃO

Em “A Política”, Aristóteles aborda uma filosofia ética e moral daqueles que estão inseridos no ambiente social de uma cidade. Seu conhecimento empírico realizado na observação do seu meio, tanto político, quanto social e familiar faz com que ele enfatize a realidade do surgimento da cidade e como as formas de governo influenciam no bem comum dos cidadãos.

O surgimento das cidades, começando pelo indivíduo, tem características familiares no âmbito da proteção e na busca do bem comum de seus membros. Esta característica comum da cidade, em desenvolver o pensamento familiar em um âmbito geral e maior, necessita de uma ética e uma moral que dirija os pensamentos e atitudes daqueles que têm um grau hierárquico superior, pois há quem governe e há quem obedeça. Nesta hierarquia, podemos destacar os escravos, aqueles que não possuem direito à magistratura, ou seja, não podem chegar ao poder e governar, da mesma forma do estrangeiro e da mulher; os cidadãos, quem têm poder à magistraturas, que são pessoas sábias, possuem intelecto e não apenas força; e os senhores, que governam com virtude, buscando o bem comum de todos ou simplesmente os próprios interesses.

Segundo Aristóteles, em sua obra sobre a Política, quem governa com retidão, buscando o bem de todos e não os seus próprios interesses, governa de forma virtuosa, como pode ser visto na monarquia, aristocracia e a politeia. Porém, existem também as formas corruptas de governar, contrárias às virtuosas, como a tirania, a oligarquia e a democracia/demagogia, estas formas de governo destacam um governo para si e não para todos, buscando a apenas a felicidade de si ou daqueles que estão inseridos em um determinado grupo.

Ao destacarmos as formas de governo, as virtuosas e as corruptas, podemos observar que elas caminham em uma linha tênue, ou seja, elas podem estar tão longe e tão perto no decorrer da história. O governante que se assemelha virtuoso, mostra que o poder pode levar à corrupção. Da mesma forma um governante pode parecer corrupto para um grupo, mas na verdade, não está observando interesses individuais, mas coletivo.

1. As Formas de Governo, no Livro A Política de Aristóteles

1.1 A Formação da Polis

Antes de se tratar sobre as formas de governo, Aristóteles concentra seus primeiros passos demonstrando que o governo é causa natural do homem, desde a sua primeira base até seu estágio final. Para a formação da Polis, Aristóteles (Stágiros, 384 a. C) destaca que ela é formada por pequenos agrupamentos, a começar, obviamente, pelo principal membro da polis que é o homem. Por sua vez, ele, necessita relacionar-se com os demais, pois está impresso em sua natureza sua sociabilidade, sendo chamando então de animal social (Aristóteles, 2017, p. 14.) Nesse meio, visando o bem e a justiça, organizam-se e estabelecem a melhor forma de convívio, nomeando autoridades, fundando leis. Em sua maioria baseadas nos costumes naturais transmitidos ao longo das gerações, e garantindo a propriedade e o crescimento. Esses diversos grupos tornam a cidade definitiva, quando atinge uma autossuficiência praticamente completa, assegurando a vida dos seus membros e dando-lhe uma vida melhor. Com isso, segue-se agora os passos para o surgimento da polis.

1.2 O Conceito de homem

O autor afirma no livro A Política e na Ética a Nicômaco que o homem é um animal político¹, isto é, ele por natureza nasceu para viver em sociedade, o qual busca se relacionar e garantir a felicidade, por isso “é evidente que a cidade faz parte das coisas naturais” (Aristóteles, 2017, p.14). Diferente dos demais animais, seu poder de falar e de se expressar, deve ser usado para aquilo que é conveniente e nocivo, podendo ele diferenciar na comunicação o que é justo e injusto, diante das reações daquilo que é agradável ou desagradável, ampliando seu conhecimento e a efetivação dos interesses comuns. Assim, sua natureza baseada neste relacionamento, buscam viver junto aos outros homens, dentro da família, da tribo ou na cidade, auxiliando um ao outro. Do contrário, quando ele não se politiza, torna-se menos perfeito, capaz de se tornar o pior quando afastado da lei e da justiça.

¹ Do grego antigo ζῷον, zōion, «animal» e πολιτικόν, politikón, «político (da polis)», «civil». Mas é interessante ampliar que o homem para Aristóteles, além de ser político é também pensante e sempre interessado na busca uma vida boa.

1.3 O Primeiro agrupamento humano: a família

As sociedades, antigas e atuais possuem sua base na família, mas o conceito de família para Aristóteles não é baseado na união de homens pelo vínculo de sangue, mas no convívio, entre o homem e a mulher, na cooperação entre serviçal e senhores, e em todas as formas de vínculos que os primeiros agrupamentos construíram, conforme pode ser visto abaixo:

Esta dupla união do homem com a mulher, do senhor com o escravo, constitui, antes de tudo, a família. Hesíodo disse, com razão, que a primeira família se formou da mulher e do boi feito para a lavra. Com efeito, o boi serve de escravo aos pobres. Assim, naturalmente, a sociedade é constituída para prover às necessidades quotidianas é a família. (Aristóteles, 2017, p.13)

No governo desta família, temos a referência do chefe de família, aquele que organiza e provém o sustento do seu pequeno grupo, no qual está a esposa, os filhos e os escravos. Essa hierarquia também é dada a partir da natureza, conforme ele nos explica, a começar pela natureza dos animais domésticos e selvagens, depois pelo sexo, no qual o macho é por natureza superior à fêmea, conforme considera o filósofo grego e por fim os que usam o corpo são inferiores aos que inferem algum tipo de autoridade, chamados de escravos, que em utilidade não diferem dos animais, segundo Aristóteles.

Observa-se também que no surgimento do Estado, há uma hierarquia funcional na sua evolução, assim, a função da família é a perpetuação das espécies, das tribos, da segurança das espécies, da polis, do bem viver, da boa qualidade de vida e da política, que por fim, é a arte de gerar o bem comum. É a família que garante e guarda a existência do ordenamento, pois há uma cabeça que ordena e faz, o chefe da família, juntamente com aqueles que estão amigavelmente inclusos dentro, fortalecendo uns aos outros na felicidade e nas virtudes. Por isso, pensar na polis é pensar numa união das famílias e pequenos burgos associados para gozarem em conjunto uma vida perfeitamente feliz e virtuosa (cf. Aristóteles 2017, p. 91).

Por isso, a partir deste primeiro agrupamento, vão se aglomerando e encadeando os serviços entre as diversas famílias próximas, surgindo um novo grupo, a tribo.

1.4 O Segundo agrupamento humano: a tribo

Conforme vimos, o homem naturalmente necessita se relacionar com outros homens, e o primeiro ambiente de relacionamento é a família, que por sua vez, coopera com outras famílias, e com isso, forma-se a tribo, ou burgo: “A primeira sociedade formada por muitas famílias tendo em vista a utilidade comum, mas não cotidiana, é o pequeno burgo” (Aristóteles 2017, p.13).

Essas tribos comungam de um mesmo ideal, mas cada família vive o seu cotidiano, ficando apenas uma vivência comum entre eles, de apoio e proteção, o que já facilita a garantia de sobrevivência e cooperação.

2. O Surgimento da Polis

Com o agrupamento das diversas tribos, encontramos as polis. Conforme a advertência de Aristóteles em “A Política”, a sociedade é uma produção natural, e para que ele não busque viver em sociedade, ou ele é um gênio (não necessita de nada, ele já se basta), ou ele é um medíocre (ele é cuspidado pela sociedade, pois ninguém o quer). Ela baseia-se no conjunto dessas tribos, que unidas, tornam-se mais fortes, organizadas e autossuficientes. Muitas delas possuem vários costumes naturais, mas estes, por sua vez, são avaliados, se justos ou injustos, para garantir o bem comum dos homens.

Sendo elas grandes ou pequenas, todas possuem um mesmo ponto inicial que é a relação humana, e buscam o mesmo ideal, a felicidade e o bem.

A sociedade constituída por diversos pequenos burgos forma uma cidade completa. Eis por que toda cidade se integra na natureza que formou as primeiras sociedades. A natureza era o fim dessas sociedades; e a natureza é o verdadeiro fim de todas as coisas.” (Aristóteles 2017, p.13)

É a partir da natureza do homem que a cidade é formada, mas não somente por ele ser sociável, mas pelo fato de que a linguagem potencializa seu relacionamento, que através do convívio constante, vai julgando o que é justo ou injusto junto dos que ele convive.

A Natureza, dizemos, nada fez em vão. O homem só, entre todos os animais, tem o dom da palavra. A palavra, porém, tem por fim fazer compreender o que é útil ou prejudicial, e, em consequência, o que é justo ou injusto. O que

distingue o homem de um modo específico é que ele sabe discernir o bem, o justo do injusto, e assim todos os sentimentos da mesma ordem cuja comunicação constitui precisamente a família do Estado. (Aristóteles 2017, p.14)

Com essa aglomeração, é necessário que tudo se encaminhe em ordem, porém isso não é uma novidade organizativa, em todas as famílias, tribos e povoados já possuem os chefes, sendo eles ou por determinada genealogia de família, como é o caso dos reinados, ou por idade, experiência. Assim, o Estado surge para garantir aquilo que as famílias precisam para sobreviver, juntamente com a segurança, o conforto, o trabalho e a felicidade. Poderíamos dizer que ele faz parte da natureza das sociedades, porque as sociedades, pensando num corpo, são os diversos membros, enquanto Estado é o corpo todo, no qual matando o corpo, os membros não funcionam, por isso ele se coloca naturalmente. Quando enxergamos uma pessoa, a conhecemos pelo todo, não pela parte. Com isso, as leis do Estado devem ser colocadas antepostas às leis das famílias: “Na ordem da natureza, o Estado se coloca antes da família e antes de cada indivíduo, pois que o todo deve, forçosamente, ser colocado antes da parte” (Aristóteles 2017, p.14).

2.1 A estrutura e organização da Polis: os homens da polis: os cidadãos, escravos e governantes

De início, é salutar considerar o que para Aristóteles, o estado é o sujeito constante da política e do governo, é uma constituição política não como qualquer totalidade, mas o Estado consiste numa multidão de partes, chamada de universalidade dos cidadãos.

Devido à grande quantidade e diferentes tipos de pessoas dentro da polis, seu funcionamento só é garantido pela ordem, ou seja, deve-se dividir a atividade de cada homem entre escravos, senhores e cidadãos: “Toda a atividade do homem político e do legislador é de uma certa ordem estabelecida entre os que habitam a cidade” (Aristóteles 2017, p.14).

É nessa ordem estabelecida que encontramos a hierarquia que constitui as cidades. Nela, cada um exerce aquilo que lhes compete pelo que a natureza possibilita. Cada cidade tem sua particularidade, mas todas têm como finalidade o

bom convívio entre os cidadãos, mesmo que haja diferenças. O autor recorda que a cidade é uma multidão de cidadãos, mas cidadão não é cidadão pelo fato de se ter estabelecido em algum lugar, pois os estrangeiros e escravos não são cidadãos, mesmo estando estabelecidos em algum lugar. (Aristóteles 2017, p.75). O poder dado a uma pessoa é que garante o seu *status*, assim, toda pessoa constituída em dignidade possui cidadania, pois o “cidadão, segundo a nossa definição, é o homem investido de um certo poder” (Aristóteles 2017, p.78) e que “o bom Magistrado deve ser virtuoso e prudente” (Aristóteles 2017, p.81). Recorda-se também que “todo cidadão possui direito de acesso às magistraturas” (Aristóteles 2017, p.83), mesmo com todas as diferenças, todos precisam ocupar um espaço na comunidade.

Mas existe também um paradoxo, há pessoas dignas e virtuosas que estão no poder, porém existem aquelas que chegam ao poder, legitimamente, mas não possuem virtudes para a sua autoridade. É injusto que ela esteja no alto poder, pois sua elevação não teve como base seus méritos, mas por enganar aqueles que o colocaram no poder, no entanto sua autoridade é legítima: “Vemos cidadãos elevados injustamente às funções públicas e nem por isso deixamos de chamar magistrados, embora sejam injustamente” (Aristóteles 2017, p.78). Caso isso aconteça, ainda que a autoridade não seja virtuosa, todos devem ser obedientes a ela, porque do contrário, a ordem se tornaria desordem, e deixaria de dar passos para alcançar a justiça entre os homens, pois é necessário destacar que o bom cidadão conheça e possa obedecer e ordenar, conforme pode ser destacado abaixo:

Existe a autoridade do senhor: a parte dessa autoridade, que se refere às coisas necessárias à vida, não exige que aquele que manda saiba obtê-las por si, mas saiba, principalmente, delas fazer uso. O resto é servil. (Aristóteles 2017, p.82).

Deste modo as sociedades sobrevivem sem atropelar aqueles que estão no poder como senhores, ou aqueles que estão no serviço, obedecendo como servidores, ou seja, pela submissão à autoridade evita-se as rebeliões.

Conhecendo também que cada tipo de governo possui um tipo de liderança, é preciso também que haja várias espécies de cidadãos:

Em certa espécie de república, o artesão e o mercenário serão cidadãos forçosamente, ao passo que isso será impossível em outra, como no governo aristocrático, no qual as dignidades só se dão à virtude e ao mérito; porque não é possível praticar-se a virtude, quando se leva a vida de um artesão ou de um mercenário. (Aristóteles 2017, p. 84)

Outra ideia defendida pelo filósofo é a alternância entre os governantes que sobem ao poder, tendo em mente que, para ele, a igualdade não está em um regime governamental para todos, mas que eles sejam qualificados, ou seja, dentre os que tem a virtude de governar seja o câmbio, e não todos cidadãos massivamente, como de ver na possibilidade democrática.

Por fim, pela inteligência e pela coragem que podemos definir se alguém é compatível com a vida civil, contendo estas, é possível estabelecer um reinado de virtude.

3. A Política como bem comum da sociedade

A política é uma ciência que tem por finalidade a felicidade humana, felicidade esta, que não é individual, mas geral, baseada e enriquecida na vida comunitária dos indivíduos. A virtude e a moral são a essência de sua política, pois um bom governante, não governa para si, mas pelo bem comum, e que seja alcançado para todos, tornando-o virtuoso, o que faz da sua figura e das suas ações, tudo pelo interesse do estado, e não do indivíduo.

A lei, como disse o sofista Licofron², é uma garantia mútua para todos os direitos, mas a garantia capaz de tornar os próprios cidadãos bons e virtuosos (cf. Aristóteles 2017, p. 90). Ela não é criada para tornar-se um livro, um amontoado de letras que redigem uma cidade, mas para tornar o cidadão mais apazível para com os outros, destacando o que o homem tem por natureza, as suas virtudes, pois é a amizade que conduz os homens à vida social (cf. Aristóteles 2017, p. 91).

3.1 As formas de Governo: o que é governar?

Segundo Norberto Bobbio³, as várias formas de governo não são apenas modos diversos de organizar a vida política de um grupo social, mas também fases ou modos diversos e sucessivos, um descendendo do outro, pelo seu

² Λυκόφρων . Licofron viveu no início do século III a.C.e iniciou suas atividades na biblioteca de Alexandria por volta de 284 a.C.

³BOBBIO, Norberto. A Teoria das Formas de Governo. Brasília: Editora UnB, 1997.

Norberto Bobbio é um dos mais conceituados pensadores contemporâneos. Nascido em Turim (Itália) em 1909, estudou Direito e Filosofia, foi professor nas Universidades de Siena (1938-1940) e Pádua (1940-1948), assumindo, a partir de 1948, a cátedra de Filosofia do Direito na Universidade de Turim, na qual se aposentou em 1980. Autor do livro ‘A teoria das formas de governo.’

desenvolvimento interno. Todas as sociedades, pois se propõem qualquer lucro – sobretudo a mais importante delas, pois que visa a um bem maior, envolvendo todas as demais: a cidade política.

A constituição de um Estado é a organização regular de todas as magistraturas, principalmente da magistratura que é senhora e soberana de tudo (Aristóteles 2017, p. 85). A organização de uma cidade está nas mãos dos magistrados não por que são melhores que os outros cidadãos (afinal todos os cidadãos podem chegar até o alto grau), mas por possuírem virtudes claras e que não deixarão de garantir a felicidade de todos os cidadãos.

É, pois, evidente que todas as constituições que se propõem a utilidade geral são essencialmente justas, e todas as que só tem em vista o interesse particular dos magistrados, partem de um falso princípio, mas tornam-se boas constituições. (Aristóteles 2017, p.87)

O Estado provê inicialmente a satisfação de necessidades materiais, a defesa, a segurança e a conservação. O fim essencial do Estado é o de promover a virtude do homem, pois é nele que o homem desenvolve todas as suas potencialidades. Ele é um organismo moral, condição e complemento da atividade moral individual, estando acima do indivíduo, uma vez que a coletividade prevalece sobre o indivíduo e o bem comum é superior ao bem individual, conforme o autor afirma abaixo:

Visto que as palavras constituição e governo significam a mesma coisa, visto que o governo é autoridade suprema nos Estados e que forçosamente esta autoridade suprema deve repousar nas mãos de um só, ou vários, ou de uma multidão, segue-se que desde que um só, ou vários, ou a multidão, usem da autoridade com vistas ao interesse geral, a constituição é pura e são forçosamente; ao contrário, se se governa com vistas ao interesse particular, isto é, ao interesse de um só, ou de vários, ou da multidão, a constituição é viciada e corrompida; porque de duas coisas uma: é preciso declarar que os cidadãos não participam do interesse geral, ou dele participam. (Aristóteles 2017, p. 87).

A autoridade é aquela que garante o bem de todos, assim o líder caminha junto e busca suprir a necessidade de todos, diferente do autoritário que usurpa os bens de todos. Vê-se, pois, que os governos corrompidos só servem o interesse particular, e ainda que não oficialmente demonstrado, só é justo este aspecto; talvez se compreenda com a mesma clareza que ele não é absolutamente a expressão da justiça. A corrupção mostra o nível de bestialidade do ser humano. Nela, o que é natural, como as virtudes, deixa de existir para, no lugar, o roubo e os interesses pessoais ocupar o lugar.

Quando a oligarquia ou a tirania são substituídas pela democracia, negam-se a cumprir com seus compromissos, sob o pretexto de que eles foram contraídos com o tirano e não com o Estado, e recusam executar quaisquer contratos semelhantes atendendo a que certos governos só apoiam na violência, e não no interesse geral. (Aristóteles 2017, p.78)

Um bom governo deve ser baseado na moral e na ética e o governado precisa encontrar no governador uma referência de homem, líder e cidadão. É por isso que Aristóteles organiza as formas de governo segundo as virtudes de quem governa, conforme é visto nesta tabela:

	Virtuosas	Corruptas
Por um	Monarquia	Tirania
Por poucos	Aristocracia	Oligarquia
Por todos	Politeia (ou Constitucional)	Democracia (Demagogia)

Fonte: Aristóteles, 2017.

3.2 Virtuosas

É por meio da virtude que pode ser reconhecida a autenticidade da autoridade do governador. Aquele que é virtuoso pensa no que é coletivo e não no que é pessoal ou para alguns. Nesta ideia, considerando as várias possibilidades de governo, a chave para que tudo possa ocorrer da forma devida é escolhendo os que são virtuosos.

Dentre as formas virtuosas temos os seguintes modos de governar: a Monarquia, a Aristocracia e a Politeia/Constitucional.

Começamos por determinar o que é um governo monárquico, aristocrático ou republicano. Ora, um povo feito para ser governado por reis é aquele que, por natureza, pode suportar a denominação de uma família dotada de virtudes superiores que fazem parte do Estado. Um povo aristocrático é aquele que suporta naturalmente a denominação de homens livres cujo talento e virtude os levam ao governo dos cidadãos. Um povo republicano é aquele no qual todos os cidadãos são naturalmente guerreiros, sendo capazes de obedecer e mandar segundo uma lei que garante mesmo aos pobres, de acordo com seus méritos, a parte do poder que lhes cabe. Existem três bons governos; o melhor é forçosamente aquele que é administrado pelos melhores chefes. Tal é o Estado no qual se encontra um só indivíduo sobre toda a massa de cidadãos, ou uma família inteira, ou mesmo um povo inteiro que seja dotado de uma virtude superior, uns sabendo obedecer, outros mandar com a vista à maior soma de felicidade possível. (Aristóteles 2017, p. 110)

Não seria estranho por isso, concordar que todos os meios de governos, quando virtuosos, levariam a um bom fim. Todavia, quando compostos por homens injustos, gera um segundo nível, os governos corruptos.

3.3 Corruptas

A forma corrupta abrange três formas: a tirania, a oligarquia e a demagogia. Nela encontramos formas de governar, nas quais os interesses de todos são substituídos pelos interesses próprios do governador.

A tirania é uma monarquia que não tem outro objetivo além do interesse dos ricos; a demagogia só enxerga o dos pobres. Nenhum desses governos se ocupa do interesse geral. Há demagogia quando a multidão manda. Quando um pequeno número manda, diz-se que há oligarquia. Oligarquia aquela na qual os ricos, em minoria, exercem as magistraturas, e demagogia aquela na qual o poder se coloca nas mãos dos pobres. (Aristóteles, 2017, p. 88)

A opulência pertence a alguns, mas a liberdade pertence a todos. Tal é a causa das discórdias perpétuas entre uns e outros na questão do governo (Aristóteles 2017, p. 89), porque abrindo-se o leque de governantes, reduz-se a qualidade efetiva do governo. Governar, repetindo, não é para todos. Em alguns casos observava-se que quando os homens corrompidos começaram a se enriquecer à custa do público, era muito natural que surgissem as oligarquias (Aristóteles 2017, p.106), pois enriquecem pela corrupção, deixando a cidade e os cidadãos sem condições para buscar o bem em sua totalidade. Esta é a primeira corrupção, o benefício próprio.

As revoluções transformaram a oligarquia em tirania, e a tirania em democracia. Porque, à medida que o vergonhoso amor à riqueza seduzia o número de homens que ocupavam o poder, a multidão foi se tornando mais forte, até que se insurgiu e se apossou, por sua vez, da autoridade. (Aristóteles 2017, p.106)

O poder governamental que não é equilibrado, é levado de um extremo ao outro. As extremidades, onde há exagero na autoridade, torna-se governo autoritário, colocando em risco toda e qualquer forma de governo. O governo que exerce um poder extremista, não visa e não garante o bem comum, não olha para todo povo, mas para um grupo apenas. Mesmo que um grupo seja beneficiado, o outro corre risco de não ter os direitos e deveres garantidos.

4. A forma política mais perfeita: a monarquia

Governar é próprio da natureza humana, porque é por meio dela que tudo se organiza e naturalmente o homem constitui-se dentro de um grupo, sendo então o líder, adornado de habilidade ou eleito de forma direta. Por isso, não é estranho haver em cada aglomeração humana, uma constituição de governantes e leis. Mas, dentre as formas de governo possíveis, como democracia, aristocracia e monarquia, existe uma que possui uma excelência: a monarquia, mas não a absoluta. Porém, a aplicação da monarquia depende do povo e da cultura que os envolve, do contrário, não teria a efetiva governabilidade. Existem regiões por exemplo, dentre os comentários do autor, que cada povo recebeu da natureza certas disposições e a diferença dos caracteres, ou seja, teria mais facilidade e propensão a ter regimes monárquicos.

Em suma, destaca-se a monarquia a partir de um fator comum, a identidade familiar ou racial, como pode ser visto a seguir:

Das três irrepreensíveis formas de governo, a melhor é necessariamente a que é administrada pelos melhores funcionários. Tais são aqueles que, à sua frente, têm um homem entre todos, ou toda uma raça, ou certo número de pessoas eminentes quanto à virtude, estes capazes de comandar, aqueles dispostos à obediência, para levar conjuntamente a vida mais desejável". (ROSILDA, 2012.)

Com isso, deve-se considerar não apenas qual é o melhor governo, mas aquele que por sua vez não possui obstáculos exteriores para ser implantado, levando em plena consideração que alguns não convém a determinado povo e nem se tornaria o melhor ao ser empregado.

Com isso, facilmente verifica-se que na antiguidade e também nos poucos reinos que ainda subsistem, que há governo por reis e imperadores, sem dúvida, porque raramente encontra-se pessoas dotadas de méritos e virtudes, sobretudo nas pequenas Cidades, como eram as dos velhos tempos. De certa forma, na teoria, era este o objetivo, levar os virtuosos a governarem com autoridade e liderança buscando satisfazer o interesse de todos, e não de um grupo ou outro.

O monarca, dotado de virtude e competência, garante aos seus súditos e à toda população, o bem-estar de cada um e o bem comum de todos. Por isso, a felicidade de todos aqueles que estão servindo o rei está sendo protegida e garantida na realeza.

Todos eles, senhores e servos, vivem naturalmente, como em uma família, obediência dos que estão para obedecer e ordenar, para aqueles que são destinados ao senhorio. Uma obediência que gera felicidade, e uma ordem que garante a liberdade e o bem comum.

4.1 Os tipos de Monarquia

É fácil compreender que a realeza é múltipla e que nem sempre ela representa a mesma forma. A realeza tal como existe em Esparta, parece ter por característico principal o ser subordinado à lei, sem ter uma autoridade absoluta.

Primeira espécie de realeza: um governo vitalício. Ela é hereditária ou eletiva. Uma segunda espécie de realeza se encontra entre alguns povos bárbaros. Ela tem aproximadamente os mesmos poderes que a tirania, mas é legítima e hereditária. (...) Houve outra espécie de rei que se chamavam oesinetas. Era, por assim dizer, uma tirania eletiva, deferindo da dos bárbaros, não pelo fato de não ser legal, mas por não ser hereditário. Os oesenitas recebiam o poder ora vitalício, ora por um tempo ou fim determinado. Uma quarta espécie de monarquia é aquela que existia nos tempos heroicos, fundada na lei, no consentimento dos súditos, e além disso hereditária. Os primeiros benfeitores dos povos pela invenção das artes, pelo valor guerreiro ou por terem reunido os cidadãos. São, pois, em número de quatro, as diferentes espécies de realeza: uma, a dos heroicos, livremente aceita, mas limitada a certas atribuições. A segunda é a dos bárbaros; ela é absoluta, hereditária, e fundada na lei. A terceira, aquela que se chama Oesineta⁴, é uma tirania eletiva; a quarta é a lei da Lacedemônia; é, para bem falar, um generalato perpétuo e hereditário. (Aristóteles 2017, p. 102-103).

A partir desta explanação, ele continu

Mas existe uma quinta, na qual um único homem é senhor de tudo, como toda nação ou todo Estado dispõe da coisa pública, de acordo com as regras do poder doméstico. (...) A opinião dos que encontram mais vantagem no governo de um rei está baseado no fato de as leis só exprimirem de um modo geral, sem nada prescreverem para os casos particulares. Ora, em qualquer arte, é loucura seguir as regras à risca... a obediência ao pé da letra e no texto da lei não se faz o melhor governo. A lei é inflexível; a alma humana, ao contrário, está forçosamente sujeita às paixões. (Aristóteles 2017, p.104)

Quando um homem se deixa dominar pela cólera ou qualquer outra paixão semelhante, radicalmente o seu julgamento será diferente (cf. Aristóteles 2017,

⁴ Reis do povo heleno

p.105). Nas paixões, o homem sai de si e fica tomado por sentimentos que o leva a atitudes dominadoras e autoritárias, trocando as virtudes pelos vícios.

De princípio, os povos eram governados por reis, pois era raro encontrar-se homens de uma virtude eminente, principalmente numa época em que as cidades só possuíam um número muito reduzido de habitantes. Era também a benevolência que fazia os reis; porque a benevolência é a virtude dos homens de bem. (Aristóteles 2017, p.106)

Neste caso, surge a monarquia que se chama absoluta, na qual o rei dispõe de tudo segundo a sua vontade, como senhor absoluto, em todas as vertentes governamentais, o que poderíamos considerar legislativo, executivo e judiciário, no contexto contemporâneo. Mas esse já seria o desvio da identidade do poder monárquico, pelo qual foge-se do princípio do meio termo, ou seja, atuações ponderadas, e não tiradas:

É evidente que procurando a justiça, eles procuram o meio-termo; ora, esse meio termo é a lei. Além disso, leis existem que têm mais autoridade e importância que as leis escritas: as leis fundadas nos costumes. Se o monarca é um guia mais seguro que a lei escrita, sê-lo-á menos que a lei que é a expressão dos costumes. (Aristóteles 2017, p. 108)

Reconhecendo isto, o governo mais adequado seria o misto, que equilibra a força dos ricos com o número de pobres. Para ele a sociedade ideal seria aquela baseada na mediania e uma poderosa classe média, atenuaria os conflitos entre ricos e pobres, dando estabilidade à organização social. Neste governo o poder político seria exercido pelos cidadãos proprietários de algum patrimônio e que governariam para o bem.

Aristóteles reconhece que a melhor forma de governo não é abstrata, e sim concreta: deve ser relativa, acomodada às situações históricas, às circunstâncias de um determinado povo, ou seja, caberia o poder monarca, porém com moderações da classe média.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As formas de governo, segundo Aristóteles, colocam em destaque os modos de como, em toda a história da humanidade, a sociedade se organizou para governar as suas polis, ou qualquer modo de “comunidade” que os homens viviam. Modos de governar que garantiam interesses comuns, gerando assim um bom êxito para os povos, mas também modos de governar que buscavam interesses dos próprios governantes, gerando assim uma decadência no modo de viver de quem participa do ambiente político desta realidade.

O processo de formação política da sociedade não está preso em um passado, nem mesmo vemos um processo formado atualmente. Do mesmo aspecto, as formas de governo que as sociedades possuem não garantem uma estabilidade de que tal forma se perpetue, mas há mudanças existentes conforme os seus governantes e os cidadãos que ali estão.

Embora haja muitas formas de governar, o homem que por essência é um animal político, busca sempre um modo de garantir seus direitos e deveres. Há direitos e deveres em todas as formas governamentais, mesmo que esses direitos e deveres não sejam garantia democrática de todos os cidadãos, mas apenas de certos grupos.

Boa parte dos governos estão sob uma ótica que não visa o bem comum, mas o individual, ou de certo grupo social, buscando interesses particulares que não garantem uma ordem geral, ou seja, abranger a totalidade dos governados. Sobre este ponto é que se deve verificar se o Estado está sendo governado para um, por poucos ou muitos, mas que seja governado para todos, e não usurpado por corruptos.

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. *A política.* Trad. Nestor Silveira Chaves. São Paulo: La fonte, 2017.

— *Ética a Nicômaco.* 2ª ed. Brasília: Editora UnB, 1992.

— *Metafísica.* Ensaio introdutório, tradução do texto grego, sumário e comentários de Giovanni Reale. Tradução portuguesa de Marcelo Perine. São Paulo, Loyola, 2002.

— *Política.* Brasília: Editora UnB, 1985.

BOBBIO, Norberto. *A Teoria das Formas de Governo.* Brasília: Editora UnB, 1997.

CHAUI, Marilena. *Convite à filosofia.* São Paulo: Ática, 2003.

MARCONDES, Danilo. *Textos básicos de filosofia: dos pré-socráticos a Wittgenstein.* Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

REALE, G.; ANTISERI, D. *História da filosofia.* 3. ed. São Paulo: Paulus, 2009.

SEVERINO, J.A. *Filosofia.* São Paulo: Cortez, 1992.

ROSILDA. *A Política - Aristóteles.* De tundo um pouco, 2012. Disponível em: <URL>
<https://lendoeuaprendo.blogspot.com/2012/10/a-politica-aristoteles-parte-14b.html>.

Acesso em: 02 de dezembro de 2019.